

**Título:**

Interseccionalidade e Inclusão na Mobilidade Humana de Venezuelanos para o Brasil

Gisela P. Zapata<sup>1</sup>

Departamento de Demografia

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Resumo:**

A experiência de acolhimento e integração da população venezuelana no Brasil representou um marco importante na trajetória institucional e normativa da política migratória e de refúgio no país. Este artigo analisa as características sociodemográficas e o acesso à regularização migratória da população venezuelana residente em Roraima e realocizada através da Estratégia Oficial de Interiorização no Brasil, durante a pandemia de Covid-19. A estratégia metodológica incluiu o gênero como categoria transversal de análise, combinando ferramentas quantitativas (*surveys* com 2682 pessoas venezuelanas) e qualitativas (48 entrevistas com gestores e representantes de organizações internacionais, sociedade civil e atores governamentais envolvidos na Estratégia de Interiorização).

**Palavras-chave:** Perfil sociodemográfico; imigrantes e refugiados; gênero, Estratégia de Interiorização; Venezuela; Brasil

**Área temática:** Relações Econômicas Internacionais

---

<sup>1</sup> Este artigo é um subproduto do projeto “Limites e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19”, financiada pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A pesquisa foi executada pela Fundação IPEAD com uma equipe técnico-científica composta por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, PUC Minas e Universidade Federal de Roraima (UFRR).

## INTRODUÇÃO

A experiência de acolhimento e integração da população venezuelana no Brasil representou um marco importante na trajetória institucional e normativa da política migratória e de refúgio no país. Historicamente, embora tenha-se evidenciado uma política espontânea de interiorização de diferentes populações migrantes, refugiadas e solicitantes de refúgio, sobretudo para centros urbanos do Sul e Sudeste, a Estratégia Oficial de Interiorização é primeira ação de larga envergadura, articulando diversos ministérios do Governo Federal, militares e organismos internacionais, na recepção e gerenciamento de fluxos no país, em particular na região da fronteira Norte em Roraima.

Pode-se afirmar que a gestão migratória venezuelana esteve imbricada na constituição e rearticulação de uma infraestrutura humanitária no Brasil (Moulin e Magalhães, 2020). Referida infraestrutura foi marcada por dois processos concomitantes. O primeiro se situa no plano normativo, na junção entre o marco legal estabelecido pela Lei 13445/2017 para as migrações e a consolidação do regime de proteção a refugiados no país, cuja baliza é dada pela Lei 9474/97. O segundo se baseia na constituição de uma *assemblagem* governamental e não-governamental, entre diferentes níveis e escalas (internacional, regional, nacional, estadual e municipal), voltada à conformação de uma rede espacial e institucional de acolhimento e assistência emergencial e, em médio e longo prazo, de integração local. Essa rede tem como ponto central a *Operação Acolhida*, iniciada em 2018, cujas derivações hoje envolvem uma complexa gama de articulações entre populações migrantes e refugiadas, gestores e operadores humanitários, militares e sociedade civil organizada, em mais de 700 municípios brasileiros.

Esse contexto é particularmente desafiador para a integração, haja vista as deficiências na coordenação de políticas públicas no campo migratório e do refúgio no país, a natureza profundamente desigual das realidades socioeconômicas, das trajetórias históricas e das experiências locais das comunidades de recepção com populações migrantes e refugiadas, as desigualdades de gênero no acesso a direitos e nas dinâmicas de inserção sociocultural e laboral, a prevalência de estereótipos e de dinâmicas discriminatórias subjacentes à realidade brasileira e, especificamente, moduladas para populações migrantes e refugiadas em contexto de crise econômica e política. Ainda, salienta-se a própria transformação do perfil do fluxo migratório dos venezuelanos e venezuelanas que chegam ao país desde 2015 (Baeninger e Jarochinski, 2018; Fernandes, Baeninger & Demétrio, 2020), com agravamento da situação de vulnerabilidade e pobreza, especificidades e aprofundamento das demandas emergenciais de cunho socioeconômico e de regularização migratória e questões particularmente derivadas da dispersão territorial, sobretudo no que toca à implementação e monitoramento de políticas e acompanhamento dos indivíduos e famílias interiorizados.

Além disso, a presença venezuelana trouxe importantes transformações ao processo de regularização migratória e documental no Brasil. Evidenciou-se o crescimento significativo do estoque de solicitações de refúgio – e consequente necessidade de processo mais célere pelo CONARE, com deferimento e aumento dos números de refugiados/as venezuelanos reconhecidos por grave e generalizada violação de direitos, sobretudo a partir de 2019. Entre janeiro de 2017 e dezembro de 2021, segundo dados do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes e da Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>2</sup>, das mais de 600 mil pessoas de origem venezuelana que entraram no país, apenas 45% permaneceram no país. Destas, 50.414 pessoas foram reconhecidas como refugiadas, 85.738 aguardavam decisão sobre sua solicitação da condição refugiada e mais de 166 mil obtiveram residência no Brasil. Apenas uma

---

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <https://shar.es/aW8ms8>, acesso em 19 de janeiro de 2022.

parcela dessa população foi incorporada à política de interiorização. Entre abril de 2018 e dezembro de 2021, foram voluntariamente realocadas 66.257 pessoas venezuelanas residentes em Roraima para mais de 700 municípios distribuídos em todas as regiões do país (ACNUR, 2021).

A emergência de saúde pública de importância internacional do novo coronavírus impactou profunda e desigualmente as dinâmicas de mobilidade e os processos de acolhimento e integração de migrantes e refugiados no mundo e, particularmente, no Brasil. A resposta político-institucional à COVID-19, particularmente relativa às medidas de contenção do vírus, exacerbou a vulnerabilidade da população migrante e refugiada, dados seus altos índices de informalidade laboral, condições de vida e moradia precárias e acesso limitado a serviços de saúde e proteção social (Zapata e Prieto Rosas, 2020). O fechamento das fronteiras limitou os movimentos transfronteiriços, a possibilidade de entrada em território brasileiro e a própria estratégia de realocação voluntária, com a queda da média mensal de pessoas interiorizadas de 3 mil para 1,2 mil por mês. A continuidade da ação decorreu da necessidade de manutenção de medidas de diminuição da pressão social sobre o estado de Roraima. A economia de Roraima, centrada nos serviços públicos e nos serviços a estes prestados, foi bastante afetada pela pandemia, com consequências ainda mais intensas para os imigrantes e refugiados, em particular para as mulheres. Entre março de 2020 e junho de 2021, diferentes portarias restringindo a entrada no país para estrangeiros e, em especial para pessoas de origem venezuelana, tiveram impacto sobre a regularização documental desses contingentes. O impacto econômico da pandemia também foi fortemente sentido pela população migrante, sobretudo no que toca aos aspectos da inserção laboral e geração de renda (Zapata & Moulin, 2021).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os limites e desafios à integração local e inclusão socioeconômica de pessoas venezuelanas voluntariamente realocadas através da Estratégia Oficial de Interiorização no Brasil, durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa foi realizada entre janeiro e novembro de 2021 por meio de uma estratégia metodológica que combinou ferramentas quantitativas e qualitativas. Por um lado, foram realizadas duas fases de coleta de dados quantitativos: a primeira aconteceu entre maio e julho de 2021 e a segunda ocorreu entre outubro e novembro de 2021. Foram entrevistadas 2000 (duas mil) pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021 e 682 (seiscentas e oitenta e duas) pessoas residentes em abrigos em Boa Vista, Roraima, para fins de comparação. Por outro lado, foram realizadas entrevistas com 48 (quarenta e oito) gestores e representantes de organizações internacionais, sociedade civil e atores governamentais atuando no nível federal, estadual e local, direta ou indiretamente envolvidos na Estratégia de Interiorização. As entrevistas em profundidade foram incorporadas na análise na medida em que apontaram para tendências e desafios identificados nos dados coletados junto à população interiorizada e abrigada, apresentando a visão das instituições envolvidas na gestão dos programas de integração e acolhida e indicando possíveis alternativas para formulação de políticas públicas, aprimoramento dos serviços e monitoramento do acesso a serviços e direitos.

Os resultados discutidos neste artigo dizem respeito tanto à população venezuelana interiorizada como à população venezuelana residente nos abrigos em Boa Vista, Roraima, particularmente: i) suas características sociodemográficas – sexo, cor/raça, escolaridade, status conjugal, filhos co-residentes, etc.; ii) sua compreensão da língua portuguesa; iii) seu nível de conectividade – acesso à internet; e iv) seu acesso a documentos de regularização migratória no Brasil e inscrição no cartão SUS e no Cadastro Único para programas sociais.

Esses critérios foram transversalmente avaliados a partir de questões relativas às lacunas de gênero e vulnerabilidades específicas de mulheres e crianças e os impactos da pandemia de COVID-19. Destaca-se que 87% dos venezuelanos migrantes ou refugiados no Brasil viajam em grupos familiares (Baeninger, Demétrio & Domeniconi, 2020), o que reforça a importância de uma análise de gênero devido ao papel central que as mulheres têm historicamente ocupado no contexto familiar.

Os dados apontam para um perfil sociodemográfico da população alvo interiorizada diferente do da população abrigada em Roraima. Pessoas interiorizadas, em geral, apresentaram maior nível de escolaridade e melhor compreensão do português. Nota-se também uma proporção maior de homens que participam do programa em comparação com a população abrigada. Isso pode apontar para uma seletividade específica da população alvo da estratégia de realocação voluntária que pode influenciar os dados relativos à inserção laboral e de renda pois trata-se de grupo em melhor posição relativa, comparativamente à população que permanece abrigada em Roraima.

A existência de uma proporção importante de pessoas venezuelanas residentes no Brasil com ensino incompleto nos diferentes níveis indica a importância do papel dos Estados federados no processo de reconhecimento dos certificados de conclusão e de continuação dos estudos, bem como estratégias de aprimoramento e capacitação da mão-de-obra (cursos técnicos/profissionalizantes e ingresso e permanência no parque universitário brasileiro). A participação significativa de pessoas com ensino superior aponta, ainda, para a importância do tema da revalidação de diplomas e do aproveitamento adequado das competências da população interiorizada no mercado de trabalho.

Salienta-se ainda o fato de que o acesso à documentação se mostra fundamental para o acesso a direitos, afetando sobretudo as pessoas solicitantes de refúgio e solicitantes de residência, cujo estatuto precário normalmente gera desconfiança por parte de empregadores e *gatekeepers* dos serviços públicos básicos.

Finalmente, embora parte significativa das instituições entrevistadas corrobore uma leitura positiva dos impactos da interiorização para a população venezuelana, entende-se que ela deve ser parte de uma política migratória mais robusta e centralizada, que esteja articulada ao escopo das políticas sociais mais amplas do país, nas diversas áreas como educação, moradia, assistência social e saúde.

## ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E PLANO AMOSTRAL

A pesquisa foi realizada por meio de uma estratégia metodológica que combinou ferramentas quantitativas e qualitativas. Para a pesquisa quantitativa foram definidos dois conjuntos de população-alvo. A primeira população-alvo ( $PA_1$ ) corresponde às pessoas venezuelanas interiorizadas através da Operação Acolhida, distribuídas nas diversas Unidades da Federação (UF) brasileiras, exceto Roraima, por ser a porta de entrada de onde partem todas as que voluntariamente aderem ao programa de interiorização. A segunda população-alvo ( $PA_2$ ) corresponde ao estoque de pessoas venezuelanas residentes em Roraima não indígenas e que tinham telefone de contato.

O plano amostral considerou como Unidade Primária de Amostragem (UPA) o núcleo familiar (equivalente ao conceito de domicílio), o qual deveria conter pelo menos um indivíduo (imigrante) com pelo menos 18 anos de idade. A pessoa selecionada dentro do núcleo é a Unidade Secundária de Amostragem (USA). Foram feitas perguntas no questionário para a pessoa

selecionada, mas ela pôde responder sobre todas as pessoas que compõem a sua família (definida pela própria pessoa entrevistada) em alguns quesitos selecionados.

Para a População Alvo PA1 (interiorizados), foram definidas 2 variáveis de estratificação: modalidade de interiorização<sup>3</sup> (institucional, ou “M1”; reunião social, ou “M2”; reunificação familiar, ou “M3”, e vaga de emprego sinalizada, ou “M4”) e região geográfica. A região geográfica foi definida de modo a reunir UFs com perfil de emprego similar e pertencentes à mesma macrorregião do IBGE, até mesmo unindo macrorregiões com baixa presença de pessoas interiorizadas. Fazem parte da primeira categoria de região geográfica (“RG1”) as UFs da Região Sul: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). A segunda categoria, “RG2”, é constituída pelas UFs da Região Sudeste: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). Por fim, a terceira categoria, “RG3”, é composta pelas UFs remanescentes das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (exceto Roraima).

Para a População Alvo PA2 (residentes em Roraima) foram definidas 2 variáveis de estratificação: a primeira, a modalidade de locação da pessoa migrante (se dentro de abrigo, ou “ML1”; se fora de abrigo e residente em hotel ou casa alugada, ou “ML2”; se fora de abrigo e residente em ocupação espontânea, ou “ML3”, e finalmente se fora de abrigo, mas sem informação sobre a localização, ou “ML4”), e a segunda, a indicadora para a localidade geográfica da pessoa migrante em Roraima (se na capital, Boa Vista, ou no interior). A baixa qualidade da lista de contatos entre pessoas não-abrigadas inviabilizou a coleta de dados junto a esses grupos, razão pela qual, para residentes em Roraima, foram realizadas entrevistas apenas com aquelas que constavam do estrato ML1 (1 - Boa Vista e 2 - interior). Com a reabertura da fronteira em junho de 2021 e a alta rotatividade do abrigo BV8 (ML1-2 - interior), foi acordada, entre a equipe técnica e a contratante, a realização de entrevistas apenas entre pessoas elegíveis no estrato ML1-1, que corresponde à amostra representativa das residentes em abrigos de Boa Vista.

Os dados primários da pesquisa foram coletados a partir de entrevistas realizadas entre maio e novembro de 2021. As entrevistas foram feitas exclusivamente por telefone, gravadas e registradas em um banco de dados alfanumérico. Na população-alvo 1, foram conduzidas 1000 (mil) entrevistas entre maio e junho de 2021 e 1000 (mil) entrevistas entre outubro de novembro de 2021. Na população-alvo 2, foram conduzidas 295 (duzentas e noventa e cinco) entrevistas entre junho e julho de 2021 e 387 (trezentas e oitenta e sete) entre outubro e novembro de 2021. Os dados aqui reportados dizem respeito ao total da população, já pós-estratificados por sexo e idade, e apresentam os valores descritivos, sem avaliação de significância estatística. Os dados das duas rodadas foram empilhados quando possível, melhorando assim a qualidade da informação, sobretudo para variáveis com baixa ocorrência na população.

Por outro lado, foram realizadas 48 (quarenta e oito) entrevistas com funcionários e representantes de organizações internacionais, sociedade civil e atores governamentais atuando no nível federal, estadual e local, envolvidos na Estratégia de Interiorização. As pessoas entrevistadas

---

<sup>3</sup> As modalidades de interiorização refletem a terminologia empregada pelo ACNUR e demais agências envolvidas na estratégia de interiorização. A modalidade institucional abarca grupos que saem de situações de acolhimento institucional em Roraima (abrigos) para abrigos ou espaços de acolhimento institucional designados no local de recepção. A modalidade reunião familiar abarca pessoas que, como o próprio nome diz, vão ao encontro de parentes e familiares no local de destino, enquanto a modalidade vaga de emprego sinalizada atrela a pessoa ao local de destino em função da existência de oportunidade e/ou contrato de trabalho previamente indicados. A modalidade reunião social é a mais imprecisa e heterogênea, na medida em que envolve processos muito diversos de acolhimento e justificativa para interiorização, normalmente atrelados à recepção por amigos, conhecidos ou qualquer nóculo da rede migratória que abra possibilidade de vínculo, ainda que precário, entre a pessoa que quer se interiorizar e o lugar de destino.

foram contatadas a partir de uma lista com 73 (setenta e três) instituições (governamentais e não-governamentais) que atuam direta ou indiretamente no programa de realocação voluntária, distribuídas nos seguintes grupos: 1) organizações internacionais, 2) nas três regiões geográficas da pesquisa por modalidade de interiorização (vaga de emprego sinalizada, institucional, reunificação familiar e reunião social), 3) atuantes em Roraima e 4) categoria não-indicada (organizações que têm atuação transversal e/ou ajudam lateralmente em regiões/municípios com baixa densidade institucional mas que recebem migrantes de origem venezuelana). As entrevistas basearam-se em roteiro semiestruturado de perguntas, transcritas e codificadas por tema e categoria. A elaboração dos roteiros teve como referência a distribuição territorial e as diferentes modalidades de interiorização utilizadas, em conformidade com a estratificação proposta na pesquisa quantitativa de forma a permitir o diálogo entre as duas metodologias. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG [CAAE: 43638121.6.0000.5149].

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Entre a população venezuelana interiorizada (21527), os homens representavam 51,72% da população e as mulheres, 48,28%, com a distribuição por sexo relativamente equilibrada e com pouca variação entre as regiões analisadas. Contudo, observa-se diferença em função da modalidade de interiorização. As mulheres são apenas 27,37% da população interiorizada por vaga de emprego sinalizada e constituem a maioria (57,30%) na modalidade de reunificação familiar (Tabela ). Entre pessoas abrigadas, nota-se representação maior das mulheres que perfazem 52,91% enquanto os homens, 47,09%.

**Tabela 1: Distribuição da população venezuelana por sexo e segundo modalidade de interiorização**

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Feminino	1166	48,85%	7025	50,76%	1440	57,30%	763	27,37%
Masculino	1221	51,15%	6814	49,24%	1073	42,70%	2025	72,63%

No que tange ao perfil racial (Tabela 2 e Tabela 3), trata-se de uma população que se autodeclara majoritariamente morena (59,78% entre interiorizadas e 62,16% entre abrigadas) e branca (28,4% entre interiorizadas e 24,11% entre abrigadas). A população afrodescendente declarada foi maior entre pessoas abrigadas (11,61%) do que entre as interiorizadas (6,29%). Foi reportado um percentual residual de pessoas que se autodeclararam indígenas tanto entre abrigadas (0,97%) quanto entre interiorizadas (1,01%) que, em princípio, está excluído da estratégia de interiorização e dos abrigos selecionados e, portanto, da pesquisa. Não houve variação relevante do perfil racial por sexo e por região e população autodeclarada afrodescendente teve participação ligeiramente superior à média na modalidade de vaga de emprego sinalizada (7,06%).

**Tabela 2: Distribuição da população venezuelana interiorizada por cor/raça autodeclarada por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Branca	2954	28,42%	3189	28,64%	6.143	28,54%
Afrodescendente/negra	653	6,28%	702	6,31%	1.355	6,29%
Morena/mestiça	6084	58,53%	6785	60,94%	12.869	59,78%
Indígena	103	0,99%	114	1,02%	217	1,01%
Outra	600	5,77%	343	3,08%	943	4,38%

**Tabela 3: Distribuição da população venezuelana abrigada em Roraima por cor/raça autodeclarada e por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Branca	518	25,15%	425	22,96%	943	24,11%
Afrodescendente/negra	219	10,63%	235	12,70%	454	11,61%
Morena/mestiça	1265	61,41%	1166	62,99%	2431	62,16%
Indígena	30	1,46%	8	0,43%	38	0,97%
Outra	28	1,36%	17	0,92%	45	1,15%

A maioria das pessoas interiorizadas (69,01%) relata que compreende bem ou perfeitamente a língua portuguesa (Tabela 4). Mulheres indicaram dificuldade de compreensão em proporção superior à dos homens (35,88% contra 26,43%). Chama a atenção o fato de que, na região Sudeste, a participação das pessoas que não compreendem o português (2,2%) é superior à das demais regiões e superior à média populacional (1,23%). Entre as pessoas interiorizadas que afirmam ter alguma dificuldade, a proporção é maior nas demais regiões (Nordeste e Norte, exceto Roraima - 35,58%) e na modalidade de reunificação familiar (35,11% contra 29,77% da média).

**Tabela 4: Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Compreende perfeitamente	1620	15,59%	2170	19,49%	3790	17,61%
Compreende bem	5044	48,53%	6021	54,08%	11065	51,40%

Tem alguma dificuldade	3529	33,96%	2879	25,86%	6408	29,77%
Não compreende	200	1,92%	64	0,57%	264	1,23%

Entre as pessoas abrigadas, identifica-se diferença importante no nível de compreensão do português em relação à população interiorizada (Tabela 5). A grande maioria tem alguma dificuldade de compreensão (75,74%), independentemente do sexo, e 13,88% das mulheres em abrigos reportam não compreender o português, contra 7,34% por homens. Notou-se um aumento na proporção entre os que não compreendem o português e uma redução da participação das pessoas que compreendem bem ou perfeitamente o português junto à população abrigada entre a primeira e segunda coletas. Estima-se que essa variação indica menor tempo de chegada ao Brasil e redução do tempo médio de permanência nos abrigos entre a população que se encontrava abrigada em t e t+2 meses, com menor exposição ao idioma e menor tempo de acesso a cursos e programas de Português como Língua de Acolhimento (PLA). De todo modo, os dados apontam para a centralidade do PLA nas estratégias de apoio e integração da população abrigada e, conseqüentemente, das pessoas eventualmente interiorizadas.

**Tabela 5: Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana abrigada em Roraima por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Compreende perfeitamente	60	2,91%	35	1,89%	95	2,43%
Compreende bem	452	21,94%	402	21,71%	854	21,83%
Tem alguma dificuldade	1262	61,26%	1279	69,06%	2541	64,95%
Não compreende	286	13,88%	136	7,34%	422	10,79%

O nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada no Brasil é superior à média para a população brasileira com 18 anos ou mais<sup>4</sup>, identificada nos microdados da PNAD (1º trimestre de 2021). Enquanto 7,89% das pessoas brasileiras têm nível fundamental completo e 30,63% completaram o ensino médio, 6,27% das pessoas venezuelanas interiorizadas completaram o ensino fundamental e 51,4% completaram o ensino médio (Tabela ). O percentual de adultos com ensino superior completo é ligeiramente superior na média entre brasileiros (16,82%) comparado com a população venezuelana interiorizada (15,09%): para população venezuelana, mulheres têm participação superior (17,59%) aos homens (12,77%) no ensino superior completo (Tabela 6). 8,89% das pessoas interiorizadas não terminaram seus cursos no

<sup>4</sup> Os dados relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) foram tratados pela equipe para incluir apenas indivíduos maiores de 18 anos, já que a PNAD inclui pessoas com 14 anos ou mais. O questionário da segunda etapa foi ajustado para incluir as mesmas categorias da PNAD, permitindo comparabilidade com o perfil das pessoas venezuelanas interiorizadas e em abrigo. Dados gerais de escolaridade podem ser encontrados no painel da interiorização, modulados por ano/série.

ensino superior e 13,19% possuem ensino médio incompleto. Embora as mulheres sejam a maioria entre as pessoas venezuelanas interiorizadas com ensino superior completo, são elas também a maioria entre as pessoas sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade (0,85% das mulheres interiorizadas contra 0,17% dos homens - das pessoas sem instrução reportadas, as mulheres perfazem 82,54% do total). Note-se, contudo, que a participação de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto (menos anos de escolaridade) é bastante inferior entre a população interiorizada para ambos os sexos se comparada com a população brasileira.

**Tabela 6: Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada e da população brasileira (exceto Roraima) por sexo**

Escolaridade	Total		Homens		Mulheres	
	BR	Int.	BR	Int.	BR	Int.
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,81%	0,50%	5,87%	0,17%	5,76%	0,85%
Fundamental incompleto ou equivalente	27,26%	4,66%	28,63%	5,10%	26,08%	4,18%
Fundamental completo ou equivalente	7,89%	6,27%	8,28%	5,84%	7,54%	6,73%
Médio incompleto ou equivalente	6,12%	13,19%	6,82%	13,93%	5,51%	12,41%
Médio completo ou equivalente	30,63%	51,40%	30,55%	53,06%	30,70%	49,62%
Superior incompleto ou equivalente	5,47%	8,89%	5,42%	9,14%	5,51%	8,61%
Superior completo	16,82%	15,09%	14,43%	12,77%	18,89%	17,59%

Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021). Dados para Brasil obtidos a partir da PNAD (3o. trimestre de 2021) para pessoas com 18 anos ou mais.

Já entre as abrigadas em Roraima, observa-se, em geral, um nível de escolaridade menor se comparado às pessoas interiorizadas. A participação de pessoas com ensino fundamental completo é maior (11,77%) entre as abrigadas do que entre a população interiorizada (6,27%). A proporção de pessoas com ensino médio completo e ensino superior completo é bastante inferior entre as pessoas abrigadas se comparada com a população roraimense (38,15% e 7,41%, respectivamente, para abrigadas e 51,40% e 15,09% para interiorizadas). Os dados apontam para uma maior participação das pessoas sem instrução (ou com menos de um ano de instrução) entre as abrigadas (1,91%). O perfil de escolaridade das mulheres abrigadas é, em geral, superior ao dos homens, especialmente se observados os graus completos nos três níveis de ensino. Salienta-se a baixa proporção de pessoas com ensino superior incompleto entre abrigadas (3,76%) e uma participação significativa de pessoas com ensino médio incompleto (22,29%) (

Tabela ).

Na pesquisa qualitativa, foi relatado pelos gestores que parte significativa da população interiorizada com formação superior completa não é inserida no mercado em suas áreas de competência. Ressaltou-se também a necessidade de continuidade dos estudos e adequação da formação às demandas laborais específicas do Brasil. Os dados coletados corroboram uma participação relativa significativa de pessoas com grau de escolaridade incompleto, indicando a importância do retorno aos estudos em nível fundamental, médio e superior. Ressalta-se ainda a importância de garantir as condições para devida inserção daqueles com grau de escolaridade

completo, seja por meio do reconhecimento e revalidação dos diplomas, seja pela possibilidade de continuidade dos estudos, sobretudo para a ampla proporção de pessoas venezuelanas interiorizadas com ensino médio completo em cenário de ampliação de vagas específicas nas universidades e institutos técnicos brasileiros, sobretudo públicos, no âmbito de convênios com próprio ACNUR.

Comparadas à população brasileira residente em Roraima, nota-se que entre as abrigadas, a proporção de pessoas com ensino superior (completo e incompleto) é bastante inferior para ambos os sexos à média do Estado. A diferença diminuiu significativamente para o ensino médio completo, com números mais próximos entre pessoas venezuelanas abrigadas e residentes em Roraima, sendo que as mulheres abrigadas têm proporção ligeiramente superior (40,32%) entre aquelas com ensino médio completo em comparação com mulheres residentes em Roraima (35,56%). Já entre as pessoas menos escolarizadas (ensino fundamental incompleto e sem instrução) a relação se inverte: são mais numerosas proporcionalmente entre a população de Roraima (6,71% sem instrução e 19,59% com ensino fundamental incompleto) do que entre a população abrigada (1,91% e 14,71%) para ambos os sexos, com diferença maior entre homens. Em geral, o perfil educacional das pessoas abrigadas é mais baixo que o das pessoas venezuelanas interiorizadas, o que pode apontar para seletividade nos critérios de seleção da estratégia.

**Tabela 7: Nível de escolaridade da população venezuelana abrigada e população residente, em Roraima, por sexo**

Escolaridade	Total		Homens		Mulheres	
	RR	Abr.	RR	Abr.	RR	Abr.
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	6,71%	1,91%	7,42%	2,46%	6,05%	1,38%
Fundamental incompleto ou equivalente	19,59%	14,71%	22,83%	15,31%	16,61%	14,15%
Fundamental completo ou equivalente	6,40%	11,77%	6,07%	11,51%	6,70%	12,02%
Médio incompleto ou equivalente	6,96%	22,29%	8,06%	23,80%	5,95%	20,85%
Médio completo ou equivalente	35,88%	38,15%	36,22%	35,87%	35,56%	40,32%
Superior incompleto ou equivalente	7,03%	3,76%	5,72%	4,92%	8,25%	2,66%
Superior completo	17,43%	7,41%	13,68%	6,15%	20,88%	8,62%

Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021). Dados para Brasil obtidos a partir da PNAD (3º. Trimestre 2021), para pessoas com 18 anos ou mais.

Para a população interiorizada, verificou-se diferença entre as regiões de destino e as modalidades de interiorização para pessoas venezuelanas com educação médio e ensino superior completo (Tabela8). Nas regiões Sul e Sudeste, pessoas com ensino superior completo perfazem 16,78% e 16,65% contra apenas 9,89% nas demais regiões (RG3/Centro-Oeste, Nordeste, Norte exceto Roraima). Nas demais regiões, há um percentual menor de pessoas com ensino superior completo ou incompleto, mas maior participação de pessoas com ensino médio completo (54,73% na RG3 e 46,83% no Sudeste). No Sudeste, a participação de pessoas com ensino fundamental completo (7,49%) e incompleto (6,07%) é superior se comparada à região Sul e relativamente próxima às demais regiões.

**Tabela 8: Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada por região de destino**

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Fundamental completo ou equivalente	402	5,66%	189	7,49%	204	6,68%
Fundamental incompleto ou equivalente	242	3,41%	153	6,07%	196	6,42%
Médio completo ou equivalente	3665	51,59%	1181	46,83%	1672	54,73%
Médio incompleto ou equivalente	869	12,23%	385	15,27%	419	13,72%
Superior completo	1192	16,78%	420	16,65%	302	9,89%
Superior incompleto ou equivalente	693	9,76%	183	7,26%	251	8,22%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	41	0,58%	11	0,44%	11	0,36%

Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021).

Pessoas com ensino superior completo também representam uma proporção maior das interiorizadas na modalidade de vaga de emprego sinalizada (20,22%) – como esperado, por tratar-se de grupo com maior possibilidade de inserção laboral, ainda que subutilizada – e na modalidade institucional (17,18%). Em geral, pessoas interiorizadas na modalidade de vaga de emprego sinalizada possuem melhor perfil educacional (mais anos de estudo), com baixa participação de pessoas apenas com ensino fundamental, indicando impacto de seletividade (Tabela9).

**Tabela 9: Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada por modalidade de interiorização**

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Fundamental completo ou equivalente	123	9,31%	562	6,93%	92	6,06%	18	1,04%
Fundamental incompleto ou equivalente	44	3,33%	393	4,85%	128	8,43%	26	1,50%
Médio completo ou equivalente	686	51,93%	4192	51,71%	849	55,93%	791	45,56%
Médio incompleto ou equivalente	147	11,13%	975	12,03%	190	12,52%	361	20,79%
Superior completo	227	17,18%	1196	14,75%	140	9,22%	351	20,22%
Superior incompleto	83	6,28%	736	9,08%	119	7,84%	189	10,89%

Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	11	0,83%	52	0,64%	0	0,00%	0	0,00%
--	----	-------	----	-------	---	-------	---	-------

Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021).

Sobre o perfil familiar (Tabela 0 a **Error! Reference source not found.1**), a maior parte da população interiorizada reside com cônjuge ou companheiro(a) no mesmo domicílio (66,94%) e possui filhos(as) (79,26%). Entre a população abrigada, verificou-se uma proporção similar de pessoas residindo com cônjuge (67,38%) e uma proporção maior de pessoas que têm filhos(as) (90,39%).

**Tabela 10: Pessoas venezuelanas interiorizadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	7003	67,38%	7407	66,53%	14410	66,94%
Não	3391	32,62%	3726	33,47%	7117	33,06%

**Tabela 11: Pessoas venezuelanas abrigadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1318	63,98%	1318	71,17%	2636	67,38%
Não	742	36,02%	534	28,83%	1276	32,62%

Nota-se que a grande maioria das mulheres venezuelanas têm filhos(as), sendo 94,51% entre as mulheres abrigadas em Roraima e 86,51% entre as mulheres interiorizadas. Pessoas interiorizadas com filhos(as) têm participação expressiva entre as que se interiorizaram na modalidade institucional (92,25%) e reunificação familiar (83,8%) e menor entre as que foram interiorizadas com vaga de emprego sinalizada (74,5%), indicando variação esperada da composição familiar para grupos priorizados em cada uma das modalidades (Tabela 12). Entre as regiões, pessoas com filha(o)s tem maior participação no Sudeste (86,46%) e demais regiões (82,04%).

**Tabela 22: Pessoas venezuelanas interiorizadas que tem filhos por modalidade de interiorização**

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2202	92,25%	10676	77,15%	2106	83,80%	2077	74,50%
Não	185	7,75%	3162	22,85%	407	16,20%	711	25,50%

A população venezuelana interiorizada tinha, em média, 2,04 filhos/as. A média geral de filhos/as corresidentes (morando com pai e/ou mãe no Brasil) era de 1,57 entre pessoas interiorizadas, enquanto entre as pessoas abrigadas esse número era ligeiramente superior (de 1,75 filhos/as). Mulheres interiorizadas têm número médio de filhos/as corresidentes (1,82) significativamente superior aos homens interiorizados (1,3) e particularmente inferior se comparada à média geral para as mulheres abrigadas em Roraima - 1,97. Pessoas interiorizadas nas modalidades institucional e reunificação familiar apresentaram média de filhos/as corresidentes superior - 1,75 e 2,01, respectivamente - à média entre pessoas interiorizadas. 12,4% das pessoas interiorizadas na modalidade institucional reportaram morar com 4 ou mais filhos contra apenas 2,99% das pessoas interiorizadas na modalidade vaga de emprego sinalizada e 8,69% na modalidade reunificação familiar.

Foram realizadas perguntas às respondentes sobre toda(o)s a(o)s filha(o)s menores de 18 anos que com elas residiam no Brasil (corresidentes). Entre a população interiorizada, 19,10% nasceram no Brasil e, entre a população abrigada em Roraima, 13,91% (Tabelas 13 e 14).

**Tabela 33: Número de filha(o)s corresidentes com menos de 18 anos nascidos no Brasil reportados por pessoas venezuelanas interiorizadas**

	Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	4225	19,10%
Não	17896	80,90%

**Tabela 14: Número de filhos corresidentes nascidos no Brasil reportados por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima**

	Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	784	13,91%
Não	4851	86,09%

Com relação a(o)s filha(o)s menores de 18 anos e corresidentes no Brasil, para pessoas interiorizadas (Tabela15), 70,44% encontravam-se com matrícula escolar. Entre a população

abrigada (Tabela 16) apenas 35,63% da(o)s filha(o)s menores de 18 anos e corresidentes possuíam matrícula em escola ou creche - número significativamente inferior ao reportado para pessoas interiorizadas. A média de idade (**Error! Reference source not found.**) da(o)s filha(o)s mais nova(o)s entre abrigada(o)s foi cerca de dois anos inferior à observada entre filha(o)s de pessoas interiorizadas, o que pode indicar maior presença de menores em idade pré-escolar nessa população e potencial efeito de composição.

Desse(a)s, e tomando os(as) filhos(as) mais velha(o)s (filho 1) como referência (que tinham, em média, 11 anos<sup>5</sup> quando da entrevista para ambas as populações do estudo), 8,14% das respondentes interiorizadas e 10,28% das abrigadas disseram ter experimentado alguma dificuldade pessoal para matrícula, tais como poucos recursos financeiros, falta de tempo, interesse ou informação. 21,06% das pessoas interiorizadas e 17,75% das abrigadas apontaram alguma dificuldade burocrática, envolvendo problemas de língua, documentais, de vagas ou prazo. 47,02% das pessoas interiorizadas e 48,87% das abrigadas apontaram outras razões, como impacto da pandemia sobre as escolas (com maior tempo de espera por vagas e ausência de aulas), mudança de cidade, pouco tempo de permanência na cidade ou abrigo, iminência da interiorização, necessidades especiais, dentre outras. Aproximadamente 23% da(o)s filha(o)s não tinham idade escolar quando da entrevista para ambas as populações. Para a(o)s demais filha(o)s reportada(o)s, a média etária diminuiu e, com isso, também a participação escolar, já que aumenta a proporção de filha(os) menores ainda em idade pré-escolar. Contudo, cumpre salientar que, para toda(o)s a(o)s filha(o)s, foi reportado o impacto da pandemia nas escolas, a dificuldade na obtenção de vagas e, em casos pontuais, a ausência de escolas próximas à residência e dificuldades de transporte.

**Tabela 15: Número de filhos matriculados em escola/creche reportados por pessoas venezuelanas interiorizadas**

	Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	15582	70,44%
Não	6538	29,56%

**Tabela 16: Número de filhos matriculados em escola/creche reportados por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima**

	Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2008	35,63%
Não	3627	64,37%

<sup>5</sup> A média de idade variou de 12 anos e 7 meses para 4 anos e dois meses anos entre o 1º e o 6º filho reportado para pessoas interiorizadas e entre 10 anos e 8 meses e 2 anos e 4 meses entre 1º e o 9º filho para abrigadas. Note-se, ainda, que a média tende a ser influenciada por *outliers* e que a média para o filho 1 é particularmente sensível pois abarca a totalidade dos entrevistados com filhos.

Com relação ao acesso à internet, 85,6% das pessoas de origem venezuelana interiorizadas reportaram possuir acesso, contra menos da metade da população abrigada em Roraima (42,66%) – Tabelas 17 e 18. A principal (e quase única) forma de acesso à internet são os celulares e smartphones para ambas as populações (cerca de 97%).

**Tabela 17: Número de pessoas venezuelanas interiorizadas com acesso à internet**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	8934	85,95%	9494	85,29%	18428	85,60%
Não	1461	14,05%	1638	14,71%	3099	14,40%

**Tabela 18: Número de pessoas venezuelanas abrigadas com acesso à internet**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	894	43,38%	775	41,87%	1669	42,66%
Não	1167	56,62%	1076	58,13%	2243	57,34%

Observa-se significativa diferença no acesso à internet entre pessoas interiorizadas e abrigadas. Em um contexto pandêmico, em que boa parte das atividades escolares foi realizada pela via remota, essa baixa conectividade das pessoas abrigadas representa uma dificuldade adicional para a inserção das crianças e adolescentes nas escolas. A desigualdade no acesso à escola entre crianças abrigadas e interiorizadas, evidenciada nas Tabelas pode ser fator associado à desigualdade no acesso à internet ora observada. O dado revela, ainda, a necessidade de melhoria da conectividade das pessoas abrigadas, haja vista ser elemento essencial de sociabilidade e acesso a serviços de natureza diversa especialmente em contexto pandêmico. Note-se, por exemplo, que diversas instituições participantes da pesquisa relataram oferecer os seus serviços e apoios ao público migrante e refugiado de forma remota. A baixa conectividade entre pessoas abrigadas torna difícil o acesso aos serviços remotos, criando uma dinâmica em que o único ambiente de sociabilidade e de acesso às instituições ocorre dentro dos abrigos, o que afeta, significativamente, a dinâmica de integração dessas pessoas. Esses dados (de acesso à internet e recurso exclusivamente à celulares) revelam, portanto, um gargalo importante para o acesso direto desse público a serviços públicos, em especial, aqueles que estão sendo digitalizados - em tendência acelerada pela pandemia. Isso vai desde agendamento de consultas à emissão de certificados e documentos, apontando para área de intervenção prioritária.

Entre as pessoas interiorizadas, a maioria absoluta mora em imóveis alugados (94,3%). Diversas organizações da sociedade civil organizada ouvidas destacaram que durante a pandemia, com a diminuição da renda da população venezuelana em decorrência da crise econômica e das medidas sanitárias adotadas, que limitaram a circulação, o medo do despejo e a dificuldade para pagamento dos aluguéis tornaram-se problemas comuns para a comunidade atendida.

O tempo médio de chegada ao Brasil das pessoas abrigadas ao Brasil é de 1 (um) ano e 17 (dezesete) dias. Em média, homens estavam há mais tempo no Brasil (1 ano, 1 mês e 15 dias) e do que as mulheres (11 meses e 27 dias). É importante notar que parte dessa população ingressou no Brasil durante o período em que vigoravam as portarias de fechamento das fronteiras.

Foram aplicadas perguntas específicas para a população abrigada no que se refere às dificuldades e interesse em deixar os abrigos. As mulheres abrigadas reportaram estar, em média, há 5,8 meses no abrigo e os homens há 5,25 meses. Pode-se dizer, portanto, que pessoas abrigadas, nos meses em que foi realizada a coleta, ficaram, em média, mais de seis (6) meses fora dos abrigos. Houve uma diminuição do tempo médio de abrigamento entre a primeira e a segunda coleta de dados (de 7 meses para 4 meses) - dado que deve ser acompanhado em próximas coletas. Recomenda-se buscar aprimorar informações sobre o período anterior ao abrigamento para compreender adequadamente as dinâmicas sociais e as vulnerabilidades dessa população em pesquisas futuras.

Além disso, 17,08% das pessoas em abrigos relataram ter experimentado alguma dificuldade (Tabela 19), com percentual superior entre as mulheres (19,27%). As dificuldades relatadas referem-se a questões de segurança, tais como roubos, furtos, assédio, bullying; às condições das instalações, em que se destacam elemento como o calor, a falta de água e energia; o atendimento e os serviços prestados, principalmente para grávidas e pessoas com problemas crônicos de saúde; a convivência nos espaços do abrigo; condições de higiene; e a qualidade da comida recebida. 91,5% das pessoas indicaram desejo de sair do abrigo (Tabela 20) e 62% delas indicaram já ter tomado alguma providência para fazê-lo (Tabela 21).

**Tabela 19: Pessoas venezuelanas que encontraram dificuldades vivendo em seus abrigos em Roraima por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	397	19,27%	271	14,63%	668	17,08%
Não	1663	80,73%	1581	85,37%	3244	82,92%

**Tabela 20: Pessoas venezuelanas que quiseram deixar seus abrigos em Roraima, por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1871	90,78%	1708	92,27%	3579	91,49%
Não	190	9,22%	143	7,73%	333	8,51%

**Tabela 21: Pessoas venezuelanas que tomaram alguma providência para deixar seus abrigos em Roraima por sexo**

	Feminino	Masculino	Total
--	----------	-----------	-------

	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1108	59,22%	1112	65,11%	2220	62,03%
Não	763	40,78%	596	34,89%	1359	37,97%

Em relação às pessoas abrigadas, nota-se que mais mulheres relataram encontrar dificuldades em residir nos abrigos em comparação com os homens. Entretanto, essa diferença diminui em relação ao desejo de deixar o abrigo, demonstrando que, na avaliação dessas pessoas, o abrigo não é a condição de moradia adequada. Os dados também demonstraram haver um maior interesse em sair do abrigo do que em deixar Roraima (77%), informação reveladora da existência de potencial para a expansão da interiorização, mas também da necessidade do estabelecimento de políticas de permanência no estado fronteiriço para essa população. Nota-se demandas por políticas que ultrapassem a assistência emergencial e de abrigamento, principalmente em relação ao acesso à renda, capaz de garantir moradia decente, elemento bastante pontuado pelas entidades que atuam em Roraima durante a fase qualitativa da pesquisa. Em relação às pessoas abrigadas, 52,25% delas já realizaram cadastro para participar da estratégia de interiorização, reforçando o potencial para a expansão da interiorização junto à população abrigada - público preferencial para participar da estratégia, conforme pode ser conferido nas entrevistas com organizações internacionais e diferentes atores governamentais.

A esmagadora maioria de pessoas interiorizadas (96,93%) e abrigadas (98,8%) desejam permanecer no Brasil – dado esse que, quando combinado com o anseio de deixar os abrigos, reforça a importância de alternativas de integração adequadas aos projetos migratórios e às múltiplas realidades experimentadas pela população venezuelana no Brasil e, em particular, em Roraima.

## DOCUMENTAÇÃO

Foram também coletados dados referentes ao acesso das pessoas de origem venezuelana à documentação, com destaque ao acesso à regularização migratória e aos documentos necessários ao acesso a serviços de saúde e assistência social. Com relação à população interiorizada, sobre documentação migratória, tomada aqui como *proxy* para o grau de regularização documental, temos que 98,6% delas afirmaram ter documento (Tabela 22). Esse resultado era esperado já que a posse de documentos é, via de regra, requisito para participar da estratégia de interiorização.

Em relação às pessoas abrigadas (Tabela 23), número mais expressivo declarou não possuir documentos (9,4%). Esse dado teve uma queda acentuada entre a primeira e a segunda coleta, pois nesse ínterim, foi retomado atendimento para fins de documentação e as normativas de fechamento de fronteira foram abrandados, possibilitando ao público venezuelano a obtenção de sua documentação. Isso evidencia que a existência de pessoas indocumentadas dentro das estratégias de abrigamento e interiorização decorre das portarias de fechamento de fronteiras, do não atendimento ou da diminuição do atendimento por parte da Polícia Federal, durante boa parte de 2020 e primeiro semestre de 2021, por conta da pandemia, conforme foi apontado por diversas instituições ouvidas na fase qualitativa. Os dados também apontam que com a retomada dos atendimentos e da possibilidade de regularização, o quadro de indocumentação terá índices bastante baixos, retomando uma boa prática das autoridades brasileiras que é a possibilidade ampla de regularidade migratória para pessoas migrantes e refugiadas em seu território (Tabela 24).

**Tabela 22: Número de pessoas venezuelanas interiorizadas com documentos por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	10225	98,37%	11001	98,81%	21226	98,60%
Não	169	1,63%	132	1,19%	301	1,40%

**Tabela 23: Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima com documento por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1853	89,95%	1691	91,36%	3544	90,59%
Não	207	10,05%	160	8,64%	368	9,41%

Nesse quesito, em decorrência dos momentos em que foram feitas as coletas, vale a pena fazer o desmembramento das duas rodadas, em que fica nítido o impacto negativo das portarias de fechamento de fronteiras sobre a regularização documental e acesso ao território. Na segunda onda, em decorrência de medidas judiciais e administrativas, que flexibilizaram o controle fronteiriço, permitiram a entrada de pessoas refugiadas e migrantes e a permanência regular daquelas que se encontravam no território brasileiro, há uma sensível redução do número de pessoas indocumentadas (de 13,56% para 4,69%), mesmo com todas as dificuldades de agendamento de atendimento nos locais responsáveis por esses serviços no estado de Roraima, em virtude do passivo criado durante a vigência das normas de fechamento mais rígidas.

**Tabela 24: Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima com documentos na primeira e segunda rodada de coleta**

	Primeira rodada		Segunda rodada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1706	86,44%%	1749	95,31%%
Não	267	13,56%	86	4,69%

Durante a pesquisa qualitativa, praticamente todas as entidades destacaram as diversas dificuldades decorrentes da ausência da emissão de documentação, que gerou um elemento novo no cenário nacional: a indocumentação de pessoas migrantes e refugiadas. Esse cenário teve maior relevância em Roraima, visto ser o principal ponto de ingresso de pessoas venezuelanas no Brasil. Relatos dos participantes descrevem a dificuldade de agendamento com as autoridades policiais. Mesmo as portarias que determinavam a extensão da validade dos vistos e autorizações, as quais determinaram não ser necessário a renovação dos documentos por parte das pessoas migrantes e refugiadas durante os períodos previstos, acabaram não gerando os efeitos desejados pois, diversas entidades, como bancos, secretarias de educação, empregadores, entre outros, não tinham conhecimento dessas normas e da respectiva prorrogação da validade dos documentos

apresentados. Isso causou empecilhos e dificuldades diversas que tiveram que ser objeto de atuação de organizações da Sociedade Civil e de Organizações Internacionais. Houve assim uma nova demanda de trabalho para todas essas entidades, que é a de levar ao conhecimento de diversos órgãos a validade dos documentos apresentados, afetando outras atividades essenciais. Verifica-se com esse dado a dificuldade na divulgação das normas que regulam o cotidiano das pessoas migrantes e refugiadas, ainda mais quando estas são infra legais.

Outro aspecto a ser apontado, conforme os dados obtidos sobre conectividade (Tabela 17 e Tabela 18), é o de que estruturas cujo funcionamento é totalmente online ainda causam enorme dificuldades para imigrantes e pessoas refugiadas, pois além do acesso à internet bastante restrito, como os dados dessa pesquisa revelam, há também a dificuldade com idioma (Tabelas 4 e 5), além da ausência de conhecimento do uso de instrumentos de informática, tema pontuado pela pesquisa qualitativa.

Segundo exposto pelas Organizações da Sociedade Civil, as dificuldades decorrentes da ausência de documentação, problemas de agendamento de serviços e, em alguns casos, a impossibilidade de atendimento para esse público, tem gerado situações de ansiedade e apreensão entre as pessoas atendidas, fora o fato de serem impeditivas de algumas ações fundamentais para a melhor integração desses indivíduos, como trazer os familiares da Venezuela para o Brasil. Muitas pessoas migrantes e refugiadas que tinham recursos para essa medida tiveram que postergá-la, pois nas portarias havia o impedimento expresso do ingresso de venezuelanos, mesmo para aqueles com familiares brasileiros ou residentes de forma regular no Brasil. Portanto, o potencial de dano gerado pelas portarias de fechamento e a dificuldade de obtenção de documentação teve efeitos tanto nos migrantes e refugiados já estabelecidos no Brasil e potencial de dano aos que ainda se encontravam na Venezuela e desejavam vir ao Brasil.

Perguntou-se, ainda, qual o tipo de documento que a pessoa possuía como forma de acessar sua condição migratória no Brasil. Observa-se (Tabela 25) a predominância de pessoas regularizadas ou buscando regularização pelas possibilidades decorrentes das autorizações de residência previstas pela Resolução Normativa CNIg n. 126 de 2017, que foi substituída pela Portaria Interministerial n. 9 de 2018 e que agora é regulada pela Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021, sobretudo entre a população interiorizada. Uma hipótese para a predominância de autorizações de residência em relação à solicitação do estatuto de refugiado entre pessoas interiorizadas decorre do fato de haver ainda uma certa resistência em relação ao refúgio e por parte dessa população vislumbrar na autorização de residência trâmites burocráticos mais rápidos, apesar das recentes mudanças em termos de procedimento e obtenção de documentos desmentir tal afirmação, ainda é bastante presente essa perspectiva entre as pessoas venezuelanas no Brasil, motivo pelo qual a residência ainda confere a sensação de maior segurança às pessoas venezuelanas que se deslocam pelo Brasil.

A principal vantagem que a autorização de residência oferece é o fato de as pessoas regularizadas nessa categoria já terem os prazos de renovação e pedido de residência permanente definidos, a partir do momento em que recebem seus documentos. Tal fato não ocorre com as pessoas solicitantes da condição de refugiada, pois elas acabam necessitando de renovações anuais de protocolo. Apesar do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório dado à solicitante não possuir validade, a demora na análise das solicitações por parte do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) faz com que as renovações de protocolo tenham que ser realizadas algumas vezes. Isso pode gerar dificuldade de regularização, sobretudo no contexto da pandemia em que houve redução e restrição no contato com as autoridades e entidades que prestam algum tipo de assistência aos solicitantes da condição de pessoa refugiada. Outra vantagem da residência

decorre do fato de que a pessoa recebe apenas a Carteira Nacional de Registro Migratório, sem necessitar de um documento provisório como a pessoa refugiada.

**Tabela 25: Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de refúgio	1327	12,98%	1360	12,36%	2687	12,66%
Protocolo de residência (migração)	3932	38,46%	4361	39,64%	8293	39,07%
Refugiado já reconhecido	307	3,00%	498	4,53%	805	3,79%
Registro de residente	4658	45,56%	4783	43,47%	9441	44,48%

Como observado na Tabela 26, já entre as pessoas abrigadas, observa-se a predominância de solicitações de refúgio e de pessoas reconhecidas como refugiadas (35,13% e 9,11%), com participação relativa maior entre mulheres abrigadas. Estima-se que essa diferença decorre do fato do público abrigado estar em situação de maior vulnerabilidade, com dificuldades no acesso a documentos exigidos para autorização de residência, a despeito das tentativas de desburocratizar o acesso a essa modalidade de regularização migratória. A percepção de que não há diferença significativa, no que toca à proteção e acesso a direitos e serviços, entre os dois institutos jurídicos é um elemento que deve ser mais bem explorado pelos governos e organizações internacionais e mais bem trabalhado junto à população beneficiária. Na pesquisa qualitativa, as entrevistas apontaram que a opção pela residência é predominante entre os interiorizados em função dos trâmites burocráticos mais simples na visão da população atendida.

**Tabela 26: Documentos que pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima possuem por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de refúgio	690	37,26%	555	32,80%	1245	35,13%
Protocolo de residência (migração)	524	28,29%	535	31,62%	1059	29,88%
Refugiado já reconhecido	188	10,15%	135	7,98%	323	9,11%
Registro de residente	450	24,30%	467	27,60%	917	25,87%

Em relação à documentação, a pesquisa qualitativa e o contexto de busca ativa nos abrigos mostram que o protocolo de residência e o registro de residente não são necessariamente percebidos pela população venezuelana como tipos documentais distintos. Após a solicitação de autorização de residência, a pessoa recebe a Carteira Nacional de Registro Migratório (CNRM) com o prazo de validade de dois anos - o prazo curto permite que as pessoas residentes identifiquem a CNRM como um documento "não definitivo". Há dificuldade na associação entre a autorização de residência temporária e o registro de residente. Percebe-se, portanto, a

necessidade de melhoria da informação sobre a documentação e seus trâmites entre a população assistida. Tal fato aparece, ainda, no relato de instituições que apontam que solicitantes do reconhecimento da condição de refugiada muitas vezes não renovam seu protocolo, por entenderem não ser necessário, já que possuem um documento oficial (o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório), sem prazo de validade. As pessoas solicitantes, portanto, em algumas situações, não estão cientes para o fato de que o Protocolo e o Documento são complementares para sua situação no Brasil.

Ainda sobre documentação, observou-se que a imensa maioria da população venezuelana no Brasil possui o Cartão SUS, com diferença pouco expressiva por sexo e entre a população abrigada e interiorizada (Tabelas 27 e 28).

**Tabela 27: Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem Cartão SUS por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	10020	96,40%	10535	94,63%	20555	95,48%
Não	374	3,60%	598	5,37%	972	4,52%

**Tabela 28: Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem Cartão SUS por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1963	95,25%	1772	95,73%	3735	95,48%
Não	98	4,75%	79	4,27%	177	4,52%

O expressivo número de pessoas com o cartão SUS indica que esse documento está mais acessível a esse público, além de indicar que há a busca e utilização por parte de pessoas interiorizadas e abrigadas dos serviços de saúde oferecidos no Brasil. A pesquisa qualitativa trouxe diversos relatos de que, apesar de alguns problemas pontuais, o acesso à saúde é assegurado à população venezuelana residente no Brasil.

Já em relação ao acesso ao CadÚnico ou registro no CRAS (Tabela 29 e Tabela 30), os dados revelam que praticamente metade das pessoas interiorizadas não possui esse registro. Em relação às pessoas abrigadas, essa proporção é ainda menor.

**Tabela 29: Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	6645	63,93%	4488	40,31%	11133	51,72%
Não	3749	36,07%	6645	59,69%	10394	48,28%

**Tabela 30: Número de pessoas venezuelanas abrigadas que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	637	30,92%	582	31,43%	1219	31,16%
Não	1423	69,08%	1270	68,57%	2693	68,84%

Estima-se que a proporção maior de pessoas abrigadas sem registro no CadÚnico ou no CRAS decorre do fato de que essa população tem suas necessidades alimentares e de moradia já atendidas, reforçando a dimensão de que o abrigo é, em primeiro lugar, espaço de acesso prioritário aos serviços básicos e, em segundo, acaba por subsumir as esferas de relacionamento entre a população venezuelana e as autoridades brasileiras, afetando as dinâmicas de integração em Roraima. O atendimento das demandas mais essenciais em situação protelada de permanência parece desmotivar as pessoas abrigadas a buscar o registro, a despeito da inserção laboral e de renda mais precária, comparativamente à população interiorizada, conforme será apresentado na seção inserção laboral e renda deste documento. Instituições entrevistadas que participaram diretamente da estratégia de interiorização nos municípios receptores reportaram que, com a pandemia, a redução das vagas de interiorização e maior tempo de permanência nos abrigos, as pessoas venezuelanas interiorizadas passaram a chegar emocionalmente mais apáticas, menos proativas, inclusive com sinalização de uso abusivo de substâncias químicas (sobretudo, álcool). Nota-se, em geral, nas falas institucionais, impacto importante sobre saúde mental e disposição geral das pessoas interiorizadas em decorrência dos efeitos da pandemia sobre o abrigamento e possibilidade de socialização menor nos espaços de recepção.

Os dados também apontam para diferenças entre mulheres e homens com cadastro no CadÚnico e no CRAS para a população interiorizada. Estima-se forte correlação entre os dados relativos à inserção laboral e de renda e cadastro nos programas sociais tal como observado para população residente no Brasil. Há maior dificuldade de inserção laboral entre mulheres, sobretudo para mulheres com muitos filhos e famílias monoparentais, o que as levaria a buscarem mais as políticas assistenciais do Estado. Isso é válido para o caso das mulheres interiorizadas, que dependem ainda mais da sua inserção no mercado laboral. Instituições participantes apontaram para casos de mães jovens e sozinhas com filhos pequenos interiorizadas e que, nessa condição,

possuem demandas específicas de apoio e desafios maiores de inserção laboral, tornando mais longo seu processo de integração e, por conseguinte, o tempo de apoio das entidades atuantes com esse público nos locais de destino da interiorização, fora a necessidade de inseri-las nas redes de proteção social. O fechamento das creches pela pandemia e dificuldades de integração em alguns municípios apontam para necessidade de estratégias específicas para mulheres nessas situações e monitoramento e potencial reassentamento de famílias que já foram interiorizadas com esse perfil.

Não se observou diferença em termos de gênero para os inscritos no CadÚnico e no CRAS em relação à população abrigada. Novamente, a assistência emergencial provida nos espaços dos abrigos parece influenciar negativamente na busca por outras estratégias de integração e formas de apoio e proteção social, se comparadas com a população venezuelana interiorizada.

Finalmente, em relação ao número de pessoas venezuelanas com conta bancária no Brasil, 26,8% das pessoas interiorizadas (Tabela 31) e quase 85% das abrigadas (Tabela 32) reportaram não possuir conta bancária no Brasil. Entre as mulheres, a participação daquelas que têm conta bancária é bem inferior à dos homens, em ambas as populações.

**Tabela 31: Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem conta bancária por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	6781	65,24%	8980	80,66%	15761	73,22%
Não	3613	34,76%	2153	19,34%	5766	26,78%

**Tabela 32: Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem conta bancária por sexo**

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	250	12,13%	350	18,91%	600	15,34%
Não	1811	87,87%	1501	81,09%	3312	84,66%

Essa expressiva diferença reflete o fato de as pessoas interiorizadas já estarem mais inseridas no mercado de trabalho e na busca ativa por renda em comparação com as abrigadas, conforme pode-se inferir dos dados de inserção laboral e renda. A desigualdade de gênero observada no mercado de trabalho também se revela na diferença de acesso das mulheres, tanto entre as pessoas interiorizadas, quanto entre as abrigadas, à conta bancária no Brasil. Por fim, destaca-se que os dados apresentam um cenário desafiador para a implementação de ações de apoio que envolvam a transferência de renda, pois parcela significativa da população está excluída do sistema bancário brasileiro, sobretudo em Roraima.

## CONCLUSÕES

O perfil sociodemográfico da população interiorizada aponta para seletividade do programa de realocação voluntária. Pessoas interiorizadas têm maior nível de escolaridade e melhor compreensão do português, se comparadas com as abrigadas em Roraima. Nota-se, também, uma participação maior de homens entre a população interiorizada do que entre a população abrigada. Referida seletividade pode influenciar os dados relativos à inserção laboral e de renda, pois trata-se de grupo em melhor posição relativa comparativamente à população que permanece abrigada em Roraima. Houve preocupação dos gestores em específico sobre a seletividade da modalidade de vaga de emprego sinalizada, cujos dados apontam, de fato, para perfil predominantemente masculino e mais escolarizado.

A existência de uma proporção importante de pessoas venezuelanas residentes no Brasil com ensino médio indica a importância do papel dos governos no processo de reconhecimento dos certificados de conclusão e de continuação dos estudos, bem como de estratégias de aprimoramento e capacitação da mão-de-obra (cursos técnicos/profissionalizantes e ingresso e permanência no parque universitário brasileiro). A participação significativa de pessoas com ensino superior aponta também para importância do tema da revalidação de diplomas e continuidade dos estudos, inclusive na pós-graduação.

Em suma, a pesquisa revela aspectos do perfil e dinâmica da realocação voluntária, no contexto da pandemia e de ampliação de restrições aos movimentos migratórios. Em diversas áreas de inserção da população venezuelana no país, participantes reconhecem os impactos da interiorização na melhoria, ainda que desigual, da qualidade de vida das pessoas beneficiárias. Porém, resta claro que as entidades da sociedade civil têm um papel central na inserção social e laboral das pessoas interiorizadas, por meio de ações de acolhimento, apoio relativo ao acesso à documentação, auxílio moradia/aluguel, assessoria jurídica quanto a direitos e deveres, preparação de currículos, aulas de português, cursos profissionalizantes e iniciativas de empreendedorismo. Por tanto, restam enormes desafios a serem superados e espera-se que os dados apresentados apoiem o planejamento estratégico e monitoramento do programa, bem como a formulação e execução de políticas públicas mais adequadas ao perfil da população, suas demandas e vulnerabilidades, em particular relativas à desigualdade de gênero, e à heterogeneidade das experiências e processos de integração entre diferentes regiões de destino e entre diferentes modalidades de interiorização.

## REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Ministério da Cidadania. Painel da Interiorização – Operação Acolhida. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao>>. Acessado em: 10 de outubro de 2021.

Baeninger, R. ; Jarochinski Silva, J. C. (Orgs). Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

Baeninger, R.; Demétrio, N. B.; Domeniconi, J. Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

Fernandes, D.; Baeninger, R.; Demétrio, N. B. Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. In: Duval Fernandes; Rosana Baeninger; Maria da Consolação Gomes de Castro; Henrique Balieiro; Juliana Rocha; Felipe Borges; Luís Felipe Magalhães, Natália Demétrio; Joice Domeniconi. (Org.). Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais Elza Berquó, v. 1, p. 35-79, 2020.

Moulin, C. & Magalhães, B. Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil, *Citizenship Studies*, 24:5, 642-662, 2020.

Zapata, G. P. & Prieto Rosas, V. Structural and Contingent Inequalities: The Impact of COVID-19 on Migrant and Refugee Populations in South America. *Bulletin of Latin American Research* 39(S1):16–22, 2020.

Zapata, G. P. & Moulin, C. Desventajas sociales: procesos in/exclusión social de la población migrante y refugiada en Brasil durante la pandemia de COVID-19. Working Paper #4. *Comparative Analysis on International Migration and Displacement in the Americas (CAMINAR)*, 2021.